

Notas e informações

aut

Uma Carta irreal

Com a licença de paternidade, concedida pela Assembléia Constituinte ao pai que se haja associado às dores do parto, volta-se ao *couvade*, de algumas tribos indígenas estudadas pela antropologia — costume em que o pai do recém-nascido faz o resguardo. Com a diferença, entretanto, de que, sob o *couvadismo*, a mãe vai trabalhar, porém neste país de fábula não irá, dispondo de quatro longos meses para preparar-se e recuperar-se. Os parlamentares que se dedicam à tarefa de votar a nova Lei Magna passarão à História como os mais generosos que o Brasil já teve. Mas o espírito benéfico que os anima é singular, porque para fazer cartaz eles distribuem recursos alheios, sejam os do contribuinte, que o Estado toma e aplica, sejam diretamente os das empresas, sobretudo os destas últimas, tratadas como autênticas galinhas dos ovos de ouro — e já no ponto de serem estripadas para que se veja que não eram douradas por dentro e não mais possam pôr.

Com o apoio do Centrão, deu a louca no Congresso. A expressão não corresponde a nenhum título de filme, é aquela que resume a dramática realidade destes dias carregados de preságios, nos quais representantes do povo entendem que desempenham satisfatoriamente seus deveres perante a Nação distribuindo benefícios e vantagens que, como declarou o senador Albano Franco, com sua óptica peculiar de assistir de camarote aos lances de uma peleja de que deveria ser protagonista mas de que prefere ser espectador, significam “algumas conquistas no campo social, mas afetarão a economia e pouco significarão para o trabalhador, pois tornarão a indústria nacional menos competitiva”. Dá para confundir!

E que dizer dessa benesse insuspeitada que são férias pagas com acréscimo de *pelo menos* um terço do salário? A lei disporá sobre o assunto; e se se confirmar a tendência ao *animus dandi* de senadores e deputados, torçam os assalariados para que esse *pelo menos* se transforme em um salário inteiro. Ou, quem sabe, em dois, que, ninguém é de ferro? O turismo interno agradece. Vive-se a plenitude de uma *idade de ouro*, caracterizada

por medidas que refletem o espírito de solidariedade humana do legislador constituinte. Não importa que o País chegue à insolvência? É de crer, que não. O importante é, *no papel*, tornar a vida boa para todos, sem cogitar da viabilidade das medidas consignadas. Mesmo porque se não forem elas cumpridas, a culpa não será de quem as idealizou e as fez constar da Constituição. Lançando-as no texto da Lei Fundamental, os parlamentares conquistam o direito à reeleição, fazem-se credores do reconhecimento do público. O resto não será com eles: será com os governantes ou com os empresários — a quem caberá adotar as providências práticas para que o céu cor-de-rosa que criaram em Brasília aconteça de fato.

Há nisso tudo um fenômeno psicológico curioso e digno de exame mais aprofundado. Tendo negado a demagógica estabilidade que arruinaria o mercado de trabalho, mas era cantada em prosa e verso pela demagogia e pela ignorância caboclas como indispensável ao bem-estar, à segurança e à felicidade dos assalariados, deputados do centro democrático, devidamente *patrulhados* pelas esquerdas, decidiram mostrar ao Brasil e ao mundo que têm bom coração; e realizaram a sessão benéfico que é objeto deste comentário, pelas decisões estapafúrdias que tomaram. Ninguém estranhe, portanto, que o deputado-pediatra Alcení Guerra (PFL-PR) tenha chorado de emoção, ao ver aprovada sua emenda que dá oito dias de licença ao *pai-consorte-da-mãe-parturiente*.

É assim que o País, que pensa chegar à *idade de ouro*, volta para a *idade da pedra*, empobrecido e inviável, vitimado pelo espírito de fraternidade que, na linha de uma legislação *dadivosa* comentada aqui, joga na mesma panela a imprescritibilidade da ação trabalhista para o setor rural, o pagamento de horas extras com mais 50%, a redução da jornada de trabalho, limitada para seis horas, em serviço ininterrupto. No setor siderúrgico, o trabalho é contínuo. Como se fará para não crescer o preço do aço e permitir que os fornos não se apaguem?

Observou-se com justeza que o Centrão, organizado para modificar o

regimento interno da Constituinte, acabaria se esfacelando quando fosse chamado a opinar em questões que envolvessem princípios. Isso aconteceu. Hoje, sua maioria se considera um grupo de centro com tendência para a esquerda — mas, infelizmente, para o que a esquerda tem de pior, que é o populismo disfarçado de *progressista*. Os que se deixam embasbacar por tal postura não se dão conta de que apressam um desfecho sinistro do processo político. Se o período atual fosse de plena euforia econômica, estariam eles contribuindo para que se abrissem as portas à recessão. Porém, a crise econômica está aí, para quem quiser ver, e cumulada com a maior inflação registrada no Brasil.

O Centrão nunca chegou a um denominador comum no tocante à fixação do mandato presidencial? Alguns de seus integrantes queriam os quatro, outros os cinco anos? Pois agora esse contingente dele que se dirige desastrosamente para a esquerda faz o jogo dos cinco anos, o jogo do Planalto, criando clima para que a Constituinte se diminua e arremeta contra a economia, acabando de desarticulá-la — no que apenas secunda os até agora bem-sucedidos esforços do Executivo para acenar com o caos, alegar que com ele “Brizola vem aí” e, em seguida, extrair da Assembléia amedrontada os cinco anos fatais, ou coisa pior.

Não é curioso, a esse propósito, que na manhã do dia seguinte àquele em que a Assembléia Nacional Constituinte votou essas benemerências, com o apoio do Centrão, o presidente da República tenha ido ao rádio para falar mal do órgão da soberania, que está inviabilizando a economia nacional?

Não teria sido à toa, pois, que na mais recente “Conversa ao pé do rádio” o sr. José Sarney tivesse atacado uma “minoría radical”, acusando-a de tentar “assenhorear-se da Constituinte”, fazendo-se passar “como se fosse a própria Constituinte”, com o objetivo de criar uma Carta “que torne o Brasil ingovernável...” Então, é o caso de concluir que tudo está perdido, pois o governo age como se tencionasse tornar o País inadministrável. E se o presidente e o Centrão dão-se as mãos para tal fim, ninguém escapará.